UM DOCUMENTO INÉDITO DA VIDA DE PEDRO I

JOSÉ AURÉLIO SARAIVA CÂMARA

Da documentação histórica penosamente coligida e zelosamente guardada pelo Barão de Studart, "o maior historiador local do Brasil", pesquisador "que resiste a qualquer confronto com os mais idôneos e os melhores", na palavra autorizada do mestre José Honório Rodrigues, dessa documentação, repetimos, muita coisa permanece inédita.

O próprio levantamento do que foi divulgado em suas obras e nas revistas do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, é precário e incompleto. Só agora está sendo publicado um índice do que se encontra em cada volume daquela admirável Coleção, trabalho minucioso e paciente, afeto à dedicação e ao saber de José Bonifácio de Sousa.

Guilherme Studart guardava ciosamente os seus documentos, frutos de longas e incessantes pesquisas nos arquivos d'aquém e d'além mar. Ao próprio Capistrano, por quem nutria funda admiração e a quem dedicava uma amizade que vinha da infância, não cedia de bom grado uma peça do seu valioso acervo. Sabia bem o que êste lhe custara em esfôrço, tenacidade e paciência.

Quando morreu o grande pesquisador, verificou-se que muita coisa se desgastara e inutilizara, conseqüência de não haver, no período que precedera ao seu falecimento, dado êle aos seus livros e documentos aquela prioridade de zelos e atenções com que proverbialmente os tratava.

A preocupação e solicitude de Raimundo Girão, agindo de pronto, salvaram, entretanto, a maioria do documentário a que se costuma denominar hoje de **Coleção Studart.**

Sem o querer, e mesmo contra vontade, incorria o Barão de Studart naquilo que procurara evitar com suas pesquisas, conforme escrevia em carta ao Barão de Santa-Ana Néri: "É verdade que consegui retirar do pó dos arquivos alguns preciosos documentos que em breve estariam perdidos, tal é o estado em que já se encontram, e poderei proporcionar também o meu contigente para que, em futuro não remoto, possua a sua história escrita o belo torrão em que nasci."

Muitos valiosos manuscritos existem na ilustre Coleção à espera das linotipos e das impressoras. Um dêles pareceu-nos particularmente digno de divulgação, visto trazer luz a um ponto ensombrado da nossa História.

Trata-se da carta que o Conde de Vila Flôr, depois Duque da Terceira, escrevia, daquela ilha, em 27 de fevereiro de 1832, ao Dr. M. F. da C., residente na Bahia. A missiva traduz a desconhecida decisão de Pedro I, imperador abdicante da Coroa brasileira, então na Europa aprestando-se para a reconquista do Trono português, de retornar ao Brasil.

É a seguinte a carta:

Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. M. F. da C.

S. M. o Sr. D. Pedro, Imperador de Portugal, Brasil e Algarves lhe envia muito saudar.

Manda na qualidade de seu conselheiro e particular secretário, comunicar a V. Exa. as suas ulteriores instruções para sua verdadeira e maior inteligência, que estando S. M. indeciso a qual dos dois hemisférios primeiro acudisse para salvá-lo dos horrores da anarquia e guerra civil de irmãos contra irmãos, se o Brasil, se Portugal, atentas as razões de um e outro estarem no apuro de males incalculáveis, não podendo desatender às requisições de comparença de sua Imperial Pessoa, feitas pelos seus fieis vassalos de ambos os polos, decidiu-se (pondo seu coração na balança da razão) a favor do Brasil para em tempos mais oportunos, e com vantagens, que êle oferecer, livrar então os seus compatriotas portuguêses dos ferros da vergonhosa escravidão, que ora sofrem. S.M. com sua sábia deliberação em conselho vai evitar 2 males: o 1º. a intriga e desunião dos portuguêses com brasileiros; o 2º. evitar derramamento de

sangue em Portugal, que decerto correrá na presente crise, visto que imprudentemente El-Rei d'Espanha mandou agora ocupar as fronteiras de Portugal com 10.000 homens à disposição do celerado infante D. Miguel.

S. M., assíduo em promover a felicidade dos seus vassalos, torna a atravessar 3ª. vez a linha do Equador, e pretende tocar com a precisa demora na ilha de Fernando, donde tomará o expediente que mais lhe convier, pois o seu desembarque, se no Pará, se no Aracati, pôrto do Ceará, onde contamos com o Pinto Madeira, já ocupando aquela província, ou nessa cidade, se ainda estiver, como de presente, na presidência o deputado Barros Paim, apesar de S. M. conhecer que os 2 rebeldes e ingratos brasileiros Cipriano Barata e Manoel de Carvalho, com as suas máximas e revolucionárias intenções de república, não deixam de ter desconcertado em seus agitados planos, muito principalmente o último que tem em contínuo ao desacreditar na Inglaterra; mas quão enganados estão! Breve expiarão os seus crimes fratricidas.

Um prático, que ocupa a esquadra, que já foi prático nas costas do Brasil, assegura que muito bom desembarque é o pôrto de Maceió, mas S. M. desconfia do presidente de Alagoas, por lhe ser desconhecido, se bem que ao norte daquela província tem grande partido a seu favor.

Por todo o mês de abril há de entrar na barra dessa a mesma embarcação francêsa em lastro a título de tomar carga para Trieste; é a mesma, o mesmo capitão e sinais que lhe instruí na ma. nº. 4 de fevereiro corrente; logo que ela daí sair com as insinuações e instruções que de v. exa. exigi na ma. de nº. 5, deverá seguir para Maceió, Pernambuco e Paraíba, donde sairá em rumo de norte a tomar a altura de Fernando, aonde já provàvelmente achará a esquadra.

S. M., confia muito no zêlo e patriotismo de V. Exa., e certo de sua fidelidade que fará tudo que estiver ao seu alcance para salvação da Pátria, marchando de comum acôrdo com o presidente Barros Paim, se ainda aí estiver, por isso já por diversas vêzes se lhe tem remetido as diversas formalidades.

S. M. recomenda muito a entrega fiel da correspondência inclusa, e que faça com a brevidade possível correr os impressos que a esta acompanham por tôda a província, e que faça persuadir aos brasileiros incautos, e ainda mesmo aos dois acima mencionados, se cederem de ser pertinazes; e que êle se propõe com risco da viagem em tempos perigosos a entrar no Brasil, não como conquistador, mas sim como salvador do povo brasileiro, e defensor, que foi e será sempre perpétuo do Brasil.

Aproveito a ocasião para dar os parabéns a V. Exa., que S. M. pretende nomeá-lo capitão-general dessa província por 9 anos, que assim tem determinado conservar êsse tempo aos que mais se têm distinguido no serviço da Pátria.

Deus guarde v. exa. muitos anos.
Ilha Terceira. 27 fevereiro de 1832.
Conde de Vila-Flôr.

(Documento da Coleção Studart, Livro nº. 5).

Onde a obteve o Barão de Studart?

A carta, que não figura no original, mas em cópia manuscrita, integra na Coleção Studart uma vasta documentação relativa aos sucessos de que participou, no sul do Ceará, o malogrado Pinto Madeira.

Talvez tenha sido utilizada, naquela época, como peça comprobatória dos intuitos restauradores do caudilho cearense. Mas pode ter sido encontrada por Studart em outra fonte e juntada à citada documentação. O Barão tinha o hábito de colecionar, reunidos, papéis atinentes ao mesmo assunto, quaisquer que fôssem a procedência e época da sua obtenção.

Desconhecemos, até o momento, qualquer outro documento tão claro e explícito acêrca dos intuitos do ex-Imperador de retornar ao Brasil após o 7 de abril de 1831.

Nenhum dos seus biógrafos narra tenha tal assunto ocupado objetivamente a atenção daquele que era, então, apenas o Dúque de Bragança.

Otávio Tarquínio de Sousa, no excelente trabalho em que estuda a vida e a obra de Pedro I, talvez seu mais autorizado biógrafo, em nenhum momento deixa entrever ou dá ciência de confabulações objetivas levadas a efeito entre partidários do príncipe, visando a seu regresso ao Brasil.

No entanto a carta transcrita, do Conde de Vila-Flôr, pessoa a gozar de destacada posição e prestígio junto ao ex-Imperador, deixa a entender claramente que foi muito mais intenso do que se poderia imaginar o grau dêsses entendimentos. Pelo menos cinco missivas foram enviadas a M. F. da C., na Bahia, acêrca do retorno de Pedro I, desejoso de "atravessar 3ª. vez a linha do Equador".

Correspondência e impressos teriam sido remetidos na mesma ocasião, como se lê no texto.

Pará, Ceará ou Bahia, seriam, como vimos, os pontos preferencialmente escolhidos para o desembarque da expedição restauradora, a qual antes aportaria em Fernando de Noronha, onde se tomaria a decisão final.

Governava então a Bahia o Dr. Honorato José de Barros Paim, nomeado por Carta Imperial de 30 de maio de 1831. Ficaria na presidência até o dia 4 de junho do ano seguinte.

A julgar pelas referências a êle feitas na missiva de Vila-Flor, devia ser pessoa da confiança de D. Pedro, por quem aliás fôra feito Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro pela relevante atuação nas lutas da Independência.

É interessante assinalar que, precisamente em fevereiro de 1832, Barros Paim sufocava na então vila de Cachoeira o movimento subversivo conhecido por **Federação do Guanais**, chefiado pelo capitão Bernardo Miguel Guanais, cujos principais objetivos eram o govêrno independente para a Província, e o fusilamento de Pedro I, onde quer que fôsse encontrado...

O ano de 1832 foi, nos seus primeiros meses, de franca atividade restauradora em vários pontos do território nacional. Aliás, em 1831, cêrca de três meses após a abdicação, já se agitava desusadamente a idéia do retôrno do primeiro Imperador ao Trono brasileiro.

Em 1832, a 3 e a 17 de abril, dois golpes foram tentados no Rio de Janeiro visando a volta de Pedro I. O segundo teve seu palco na própria Quinta da Boa Vista, e os sediciosos não se arrecearam de proclamar novamente Imperador o Monarca que abdicara. No seu jornal **Aurora Fluminense**, Evaristo da Veiga escrevia: "É agora manifesto ainda aos olhos mais míopes que existe no Rio de Janeiro um partido restaurador."

Êste sebastianismo que se ia adensando em tôrno do Duque de Bragança, subsistiria durante todo o ano de 1833 e se prolongaria até 1834, quando morreria o príncipe. "No Brasil, escreve Tarquínio, um forte partido restaurador, em

que figuram os Andradas, elementos civis em várias províncias e numerosos militares, pregava a necessidade da volta do ex-imperador, como único recurso capaz de obstar a desordem que os fracos govêrnos regenciais não conseguiam conter."

Havia, é verdade, ponderável corrente que se opunha ao regresso daquele em quem viam um príncipe português a lutar na Europa, já desvinculado do Brasil, a cujos direitos dinástico renunciara.

"Mas não era menos verdade, escreve o mesmo historiador, que o chamado partido caramuru, ou restaurador, tomara vulto, sobretudo no Rio de Janeiro. Servido por uma imprensa extremamente combativa a inescrupulosa e tirando proveito das decepções dos que contavam com prodígios por parte dos vencedores de 7 de abril, os caramurus angariaram muitos adeptos, como se provou nas eleições de 1833, em que venceram na Côrte, em tôdas as paróquias, menos na de S. José. Intensa propaganda apontava o regresso de D. Pedro como necessário, e os abaixo-assinados corriam fartamente subscritos, havendo um em que se alinhavam nunca menos de 300 militares. Da Europa, os diplomatas brasileiros denunciavam ao Ministério dos Estrangeiros o que lá se tramava ou se propalava a respeito, e o ministro Bento da Silva Lisboa, de ordem da Regência, em mensagem à Câmara, transmitiu as informações recebidas. dando crédito aos rumôres acêrca da projetada volta do Duque de Bragança."

Isso, no ano de 1833, quando ia acesa a luta em Portugal em prol da reconquista do Trono usurpado por D. Miguel.

Aqui no Ceará, em agôsto daquele ano, o presidente José Mariano d'Albuquerque Cavalcante, dirigia-se ao presidente da província do Maranhão nêstes têrmos:

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tendo sido participado a esta Presidência por diferentes Secretarias d'Estado que o Duque de Bragança tenta invadir o Brasil para restaurar-se no Trono, que êle quando Imperador abdicou livre e espontâneamente na pessoa do Sr. D. Pedro 2º., legítimo Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, e cumprindo-me tomar tôdas as medidas de cautela e segurança para defender esta Província, ou prestar tôda coadjuvação a essa,

quando seja acometida. assim o comunico a V. Exa., podendo asseverar-lhe que esta província está na firme resolução de fazer a mais forte e decidida resistência a semelhante tentativa, como disposta a perecer antes do que suportar a recolonização, e pronta a coadjuvar a essa em tudo que lhe fôr possível, não obstante o apuro a que ficou reduzida com a guerra civil na rebelião de Pinto Madeira.

Espero também que v. exa. no caso de que esta seja a primeira invadida lhe prestará todos os recursos, e a coadjuvará, em tudo e com a maior presteza para acabar e destruir a miserável horda de escravos que acompanham o sobredito Duque, que pretende sôbre as ruínas da Pátria e aniqüilação das nossas liberdades firmar o insuportável jugo da tirania.

Deus, guarde a v. exa.
Palácio do Govêrno do Ceará, 1º. de de agôsto de 1833.
Ilmo. e Exmo. Sr. Presidente da Província do Maranhão..
a) José Mariano d'Albuquerque Cavalcante

(Documento da Coleção Studart, Livro nº. 5).

As referências feitas, na carta do Conde de Vila-Flor, a Pinto Madeira, com quem contava, e que àquela época estaria "já ocupando àquela província", fundamentavam-se, certamente, nas notícias dos primeiros êxitos do caudilho, o qual a 28 de dezembro do ano anterior, dois meses atrás, portanto, ocupara triunfalmente o Crato.

Naquele mesmo mês de fevereiro, porém, começava Pinto Madeira a sofrer a série de reveses que o levariam, a 17 de outubro, a se entregar prisioneiro ao General Labatut. A 6 de fevereiro fôra derrotado no combate de Várzea Alegre, a 4 de abril sofre derrota decisiva nas ruas do Icó, a 22 de junho novo revés em Missão Velha.

Terminaria seus dias no Crato, fusilado a 28 de novembro de 1834, pouco mais de dois meses após o falecimento de Pedro I em Portugal.

Se houve ou não entendimentos entre êle e os partidários do ex-Imperador, acêrca da restauração, é assunto a ser desvendado pelos pesquisadores.

* * *

É interessante buscar nas fontes seguras de informações, mesmo em largos traços, os dados capazes de nos oferecer conclusões acêrca das idéias e das atividades de Pedro I na Europa, quando seu conselheiro e particular secretário Antônio José de Sousa Manuel Menezes Severim de Noronha, Conde de Vila-Flor, escrevia a carta de 27 de fevereiro de 1832.

A 13 de abril de 1831 deixava D. Pedro o Rio de Janeiro, desembarcando em Cherburgo na manhã do dia 10 de junho. Desta data até o dia 22 de fevereiro de 1832, quando desembarcou em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel à frente das tropas que invadiriam Portugal, dividiu seu tempo entre Londres e Paris, recebendo das casas reinantes de Inglaterra e França as maiores provas de consideração e amizade.

Nêsses dez meses, ajudado por amigos particulares, ex-súditos e grande número de exilados portuguêses que vagavam nos dois países, pôde aprestar o exército libertador de 7.500 homens que dos Açôres partiria a dar combate aos 80.000 de seu irmão D. Miguel.

Dos govêrnos da Inglaterra e da França conseguiu, senão apôio ostensivo, pelo menos manifesta simpatia e uma ajuda que foi velada mas valiosa.

No tempo em que permaneceu em Paris, onde já se tornara figura expressiva dos meios oficiais e da alta sociedade, o Duque de Bragança foi, constantemente, instado a agir com mais presteza na organização da expedição restauradora e punitiva contra o irmão usurpador. A insistência partia, principalmente, dos exilados lusos que amargavam em Paris e Londres uma vida de privações, e que viam na pessoa de D. Pedro as melhores possibilidades de um retôrno triunfal à Pátria.

As informações deixam crer que não havia da parte do ex-Imperador grande açodamento pelo início da aventura que o imortalizaria. Alguns cronistas da época acusam-no, até, de desinteresse e protelações injustificadas. Aqui caberia uma pergunta: Procuraria, êle, com tais delongas, aguardar um momento propício para o retôrno ao Brasil? Engajando-se numa ação militar na Península, não ficaria por demais comprometido para ainda pensar no Império que perdera? São meras conjecturas, acêrca das quais nenhuma referência existe.

De 22 de fevereiro a 2 de março ficou em São Miguel, chegando à Ilha Terceira no dia 3 dêste mês. Sabemos, em linhas gerais, como ocupou o seu tempo em Ponta Delgada, naqueles dias, a julgar pelos dados que Otávio Tarquínio colheu em Vitorino Nemésio: "A 23 ouviu um **Te Deum** em ação de graças e compareceu a um jantar cujos doces, preparados por freiras, atingiram quinze arrobas; a 24, passou revista às tropas e esteve no baile oferecido pelo consul Real; a 27 visitou quartéis e assistiu a manobras, indo depois a uma recepção dançante na Câmara; a 28, novos exercícios militares; a 29, mais um baile, seguido de ceia."

Aquêle dia 27, quando visitou quartéis, assistiu a manobras e dançou na Câmara, é precisamente o dia em que foi escrita a carta do Conde de Vila-Flor. Êste, que só a 5 de novembro, em pleno desenvolvimento da luta em Portugal, seria agraciado com o título de Duque da Terceira e nomeado ajudante-de-campo de D. Pedro já era, no entanto, pessoa de sua intimidade, seu assessor imediato, e prova da consideração que, desde cedo, lhe dedica o ex-Imperador, é o fato de ter dado seu nome a um dos brigues da esquadra restauradora que partiria da Terceira a 27 de junho daquele ano.

O Conde de Vila-Flor seria, portanto, um homem indicado para depositário das intenções do príncipe, era pessoa capaz de estar a par dos reais objetivos do monarca destronado.

É possível que Pedro I, inegável talento militar, como em breve demonstraria sobejamente, agora instalado nos Açôres, cientificado melhor do poderio do exército miguelista, mais de dez vêzes superior ao seu, tenha sentido o absurdo daquela aventura e as mínimas probabilidades de êxito a seu favor. Ainda em Paris, tinham-lhe feito sentir que sua simples presença em Portugal, desfraldando o estandarte da filha usurpada, proclamando as idéias liberais de que se fizera pregoeiro no Novo Mundo, êle que fôra um monarca constitucional quando pouco se respeitavam constituições, sua simples presença em território luso, diziam, bastaria para que todo Portugal se erguesse e expulsasse o usurpador.

Ao chegar aos Açôres, próximo da metrópole, melhor informado, deve ter sentido o quanto havia de exagêro naqueles pressupostos, exagêro que os fatos em breve demonstrariam com violência. Teria, então, pensado em tornar ao Brasil, talvez como Regente na minoridade do filho, talvez mesmo como Imperador restaurado.

O fato é que, se tais sentimentos animaram, então,

aquêle que foi o fundador do Império do Brasil, parece fora de dúvida que se dissiparam, por completo, quando êle se engajou a fundo na luta peninsular. Há provas irretorquíveis da sua disposição de manter a abdicação, e do desejo profundo de ver a Coroa brasileira cingir, até a morte, a fronte de seu filho.

Em 13 de julho de 1832, no Pôrto, D. Pedro fazia ao deputado brasileiro Cunha Matos estas declarações,, transcritas nos Anais da Câmara de 1833: "Êsses que se lembram no Brasil do meu nome para fazerem outra bernarda, sempre são bem asnos! Não sabem que eu abdiquei a Coroa do Brasil por minha própria vontade? Eu me retirarei de Portugal no caso das Côrtes portuguêsas decidirem que não posso ser regente do reino por ser cidadão brasileiro, e se os portuguêses não se quiserem aproveitar dos benefícios que lhes fiz, retiro-me então para a Alemanha."

Na fase derradeira da guerra contra D. Miguel, já em Lisboa, D. Pedro recebeu um delegado ilustre dos restauradores brasileiros, do chamado partido caramuru: Antônio Carlos de Andrada e Silva. Ia pedir ao ex-Imperador que retornasse ao Brasil, para salvaguarda da unidade nacional e do trono do seu filho.

Era um tentar inútil; a oratória do Andrada nada obteria do Bragança obstinado. A resposta à solicitação, êle a deu por escrito, transcrita por Otávio Tarquínio de Sousa na sua "A Vida de D. Pedro I": Lisboa, 14 de setembro de 1833. Sr. Antônio Carlos de Andrada e Machado. Parece-me conveniente dar-lhe por escrito as mesmas respostas que lhe dei de bôca, outro dia e da maneira seguinte: Artigo 1º. — A minha abdicação está valiosa; jamais tive intenção de a declarar nula. Artigo 2º. — Eu não tenho dúvida alguma de fazer todos os sacrifícios pessoais, menos da minha honra, pelo Brasil, e de prestar à minha adotiva pátria e a meus filhos todos os serviços de que eu seja capaz; porém eu acho-me engajado por honra, na defesa dos direitos de minha filha a Senhora D. Maria 2ª., Rainha de Portugal e da Carta Constitucional, e não posso dispor de mim, sem que fique inteiramente desligado das obrigações que contraí para com a Nação Portuguêsa: depois poderei prestar ao Brasil os serviços que de mim exigir a Nação; mas para que isso tenha lugar será mister, como eu marcho sempre conforme com a Lei e desejo respeitar como sempre respeitei a Constituição Brasileira, que as Municipalidades expressem a vontade

nacional, e que a Assembléia Geral declare solenemente que convém que eu volte ao Brasil, para na qualidade de Regente durante a minoridade do Imperador meu filho, e que a mesma Assembléia me envie uma deputação a dar-me parte da resolução e a pedir-me, ao mesmo tempo, que eu haja de anuir ao voto nacional, legalmente expressado."

Enquanto confirmava a abdicação, D. Pedro declarava expressamente que só retornaria através de uma decisão legal, oriunda das Câmaras, a qual traduzisse a vontade nacional. Nada de imposição pelas armas, de expedições restauradoras, de reconquista à base de uma luta.

Se em algum tempo usou Pedro I a palavra para ocultar o pensamento, parece ter sido sincero quando escreveu aquelas declarações. Os fatos o confirmaram.

Mas em fevereiro de 1832, de posse de uma pequena esquadra, com 7.500 homens e bons generais, com uma boa base nos Açôres, descrente. talvez, do êxito contra os 80.000 soldados de D. Miguel, deve ter sido igualmente sincero quando pôs "seu coração na balança da razão", e pensou em marchar para o Brasil, atravessando "3ª. vez a linha do Equador".